

Crianças ‘inexistentes’: após ação em Bauru, MPF e IBGE chegam a acordo

Desfecho servirá para auxiliar formulação de políticas públicas relacionadas ao tema; Ministério Público entrou no caso após reportagem do JC

ANA BEATRIZ GARCIA

Uma disputa judicial entre o Ministério Público Federal (MPF) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que se arrastava desde 2012, teve, enfim, um desfecho. A Justiça Federal homologou um acordo firmado entre as partes para o combate à falta de registros civis de crianças no Brasil.

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado põe fim a um processo que começou quando o MPF em Bauru ajuizou ação civil pública contra o IBGE para ter acesso aos dados de 45 crianças da cidade que, segundo o Censo Demográfico de 2010, ainda não tinham certidão de nascimento. A existência desses bauruenses sem o documento foi constatada pelo IBGE e divulgada pelo JC, em novembro de 2011 (**leia mais ao lado**). Vale destacar que, sem o registro, as crianças deixam de ter acesso a serviços públicos básicos.

De acordo com texto do MPF, no recente acordo, o Instituto comprometeu-se a fazer mapeamento detalhado, em todas as regiões do País, dos locais onde o problema persiste, e atuar em conjunto com as Promotorias de Infância e Juventude nos Estados para orientá-las sobre a inter-

pretação dessas informações. “O órgão já formulou e disponibilizou roteiro sobre a consulta a esses dados e informou a celebração do TAC aos presidentes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e aos procuradores-gerais dos Ministérios Públicos de todas as unidades da Federação”, diz o texto.

O documento ainda afirma que o TAC estabelece também que, ao longo deste ano, o IBGE incluirá uma série de perguntas na Pesquisa de Informações Básicas Municipais relativas ao tema. As questões permitirão, por exemplo, a identificação de cidades onde não haja interligação entre os serviços de maternidade e cartório e cujas prefeituras não realizem buscas ativas por crianças sem registro.

COMBATE AO PROBLEMA

O órgão assumiu ainda o compromisso de manter em levantamentos nacionais futuros, como o Censo Demográfico, perguntas sobre pessoas que se enquadrem nesse perfil. Os dados servirão não somente para auxiliar o trabalho do Ministério Público no combate às subnotificações mas também para a formulação de políticas públicas voltadas à erradicação do problema, ainda de acordo com informações do MPF.

Na ação cuja tramitação foi encerrada pelo acordo, o MPF afirma que defendia a primazia dos direitos básicos à cidadania sobre o sigilo das informações. Por um lado, os dados coletados pelo IBGE são reservados e protegidos legalmente, sob o risco de inibir a participação dos cidadãos e comprometer os resultados das pesquisas. Por outro, porém, a falta de certidão de nascimento impede o acesso das pessoas a diversos serviços públicos.

“Embora assegurasse a confidencialidade, a resistência do órgão em disponibilizar as informações requisitadas pelo MPF em Bauru contribuía para que dezenas de crianças do município continuassem enfrentando essas barreiras”, finaliza texto do MPF.

COOPERAÇÃO

Agora, com o acordo fechado, os dois órgãos prometem trabalhar em conjunto para combater falta de registros de nascimento

Saúde da mulher é discutida em evento de ginecologia e obstetrícia

Jornada ocorre nos dias 17 e 18 de maio, na APM; inscrições estão abertas

CINTHIA MILANEZ

Com o intuito de discutir a saúde feminina, a 6.ª Jornada de Ginecologia e Obstetrícia está marcada para os dias 17 e 18 de maio, na Associação Paulista de Medicina (APM), em Bauru. A realização é da Associação de Obstetrícia e Ginecologia do Estado de São Paulo (Sogesp) Regional Centro-Oeste.

De acordo com José Roberto Salina, presidente da instituição, até o ano passado, o evento acontecia bianualmente. Porém, por desejo e necessidade dos associados, a partir desta edição, a realização se tornará anual.

Dentro da 6.ª Jornada de Ginecologia e Obstetrícia, haverá, ainda, o 1.º Curso de Endocrinologia na Saúde da Mulher.

“É importante sempre lembrar que o ginecologista obstetra é o clínico da mulher. É para este profissional que elas recorrem para exames de rotina ou quando sentem mudanças. Daí a importância de realizarmos um curso dentro da jornada: uniformizar as condutas entre as duas especialida-



José Roberto Salina é o presidente da Regional da Sogesp

des e debater as principais alterações endocrinológicas que acometem nossas pacientes”, pontua.

Segundo ele, o equilíbrio metabólico da mulher depende, especialmente, do bom funcionamento dos ovários, do pâncreas, da tireoide, além das glândulas pineal e adrenais. Pacientes do sexo feminino costumam ter mais alterações na função tireoidiana e diabetes do que os homens.

“Tais mudanças têm repercussão no metabolismo, no bem-estar e na fertilidade, podendo comprometer o desenvolvimento da gestação. Desta forma, se faz necessário que nós, gineco-

logistas e endocrinologistas, trabalhem em perfeita sintonia”, acrescenta.

O médico diz, ainda, que, pela primeira vez, serão realizados cursos práticos de ginecologia, obstetrícia, mastologia e temas inéditos, relacionados à valorização profissional e programação financeira.

SERVIÇO

A 6.ª Jornada de Ginecologia e Obstetrícia está marcada para os dias 17 e 18 de maio, na APM, que fica na rua Amadeu Sangiovanini, 4-47, na Vila Mariana, em Bauru. Inscrições: (14) 3245-6040 e centro-oeste@sogesp.org.br.



Caso foi noticiado pelo JC em reportagem de Tisa Moraes no dia 24 de novembro de 2011

Relembre o caso

A reportagem de Tisa Moraes, divulgada pelo Jornal da Cidade em 24 de novembro de 2011, revelou que 45 bauruenses menores de 10 anos de idade não tinham o registro de nascimento. A publicação embasou a instauração de um inquérito civil pelo Ministério Público Estadual, no ano seguinte, que solicitou ao IBGE informações que permitissem a localização das residências onde vivem essas crianças. O Instituto, porém, negou o fornecimento das informações solicitadas pelo

MP. O órgão argumentou que leis federais garantem a confidencialidade das informações pessoais que possibilitam a identificação dos cidadãos. Após ação do MPF, em 2017, o IBGE foi condenado a identificar as crianças sem certidão de nascimento em Bauru, mas a decisão foi suspensa, no mesmo ano, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Agora, Ministério Público e Instituto chegam a um acordo, colocando fim ao imbróglio de anos.

Cidade se destaca como polo de empreendedorismo universitário

Bauru conta com 39 centros acadêmicos e, pelo menos, 15 empresas juniores

Bauru tem se destacado como polo de empreendedorismo universitário nos últimos anos. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda (Sedecon) afirma que promove ações conjuntas com as universidades da cidade justamente com objetivo de apoiar projetos acadêmicos que visam contribuir para o desenvolvimento local e regional. “São iniciativas que incentivam a retenção de talentos e mão de obra qualificada em Bauru e a criação de novos postos de trabalho nas diferentes áreas do conhecimento”, diz a pasta.

A cidade é reconhecida pelo número expressivo de instituições de Ensino Superior, o que favorece a atividade dos centros acadêmicos e empresas juniores.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), Bauru possui 39 centros acadêmicos. Só em 2017, foram registrados 26.887 universitários matriculados e formados, sendo 5.909 do ensino público e 20.978 da esfera privada.

O número é quase 22% maior do que a quantidade de alunos registrados em 2010, quando foram contabilizados 22.109 estudantes bacharéis,

licenciados e tecnólogos. Os dados estão disponíveis no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Com 783 cursos oferecidos, as instituições de Ensino Superior de Bauru também se destacam pelo movimento de empresas juniores e organizações universitárias. São, pelo menos, 15 empresas juniores na cidade, que têm como objetivos incentivar o aprendizado prático e promover a integração entre o mercado de trabalho e o universo acadêmico.

Para Igor Oliveira Pereira, vice-presidente da JR.COM, da área de informática, as empresas juniores são essenciais para as universidades e estudantes. “Essas instituições introduzem o universitário a uma experiência frente ao mercado, dando a oportunidade de aprender sobre gestão de times, gestão burocrática, e relação tempo e dinheiro”.

Constituída por 11 estudantes da Unesp em Bauru, a empresa é responsável pelo desenvolvimento de sites,

aplicativos para dispositivos móveis, softwares de gerenciamento e automação de processos e consultoria em TI.

No mesmo ramo da tecnologia e inovação, a Pró Júnior é especializada em soluções nas áreas de engenharia e arquitetura. Reúne 45 estudantes. “A experiência prática permite a aplicação do conhecimento adquirido na universidade, ajudando no aprendizado dos alunos e oferecendo inovações à sociedade”, afirma a presidente da empresa, Mirella Precinotto.

Outra empresa universitária é a Líderes Jr., com 16 participantes. Atua na prestação de serviços de consultoria e assessoria para empreendimentos. “Além de estimular o espírito empreendedor, a empresa permite a interação e troca de conhecimento e experiências para desenvolvimento pessoal, profissional e acadêmico dos membros”, afirma a presidente, Carolina Corazza.

Em 2018, a Sedecon realizou eventos envolvendo as empresas juniores. A primeira Conferência de Negócios e Empreendedorismo Universitário de Bauru, em novembro, incentivou as discussões sobre inovação e tecnologia para a criação de políticas públicas voltadas ao tema. Durante o evento, também foi realizada a primeira edição do “Prêmio Solucionar”, em reconhecimento à universidade que apresentou o melhor projeto do ano.

783

São os cursos oferecidos pelas instituições de Ensino Superior em Bauru